

Lafer, Piva e Lafer

Diminui o risco de a história repetir-se com papéis trocados de meio século

Érica a lista de precedentes históricos que podem lançar luz sobre a atual disputa política quanto à definição dos rumos da política econômica, opondo de um lado os que privilegiam a estabilização e, de outro, os que dizem enfatizar o crescimento. A alternância de ênfase na estabilização e no crescimento, quase sempre nesta ordem, marcou quase todos os governos republicanos, sendo o último episódio importante à vitória de Delfim Netto em seu embate com Mário Henrique Simonsen, em 1979, com base na rapidamente frustrada estratégia de “pau na máquina” e prefixação, embora adotada com o apoio entusiástico das lideranças empresariais. Neste quadro parece ser especialmente relevante a análise da condução da política econômica no início do último governo de Getúlio Vargas, em particular, entre 1951 e 1953. Como mostrou Sérgio Besserman Vianna em seu livro *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas – 1951-1954* (BNDES, 1987), no início do mandato, Vargas, ao contrário do que diz o folclore, considerava prioritária a estabilização e só depois pensava em “empreendimentos e construções”. Era a estratégia sequencial Campos Salles-Rodrigues Alves, preconizada por Oswaldo Aranha e objeto de discurso de campanha que previa o fracasso irremediável de qualquer programa de desenvolvimento que não fosse precedido por políticas que equilibrassem as contas públicas.

Para instituir a política anti-inflacionária foi escolhido Horácio Lafer, industrial paulista, um dos fundadores da Fiesp, que, além de dar prioridade a um plano de reequipamento da economia financiado por recursos externos, era partidário do estabelecimento de uma política ortodoxa de combate à inflação baseada no corte dos gastos públicos e no controle do crédito. Para presidente do Banco do Brasil, à época um híbrido de banco comercial e banco central, Getúlio nomeou Ricardo Jafet, industrial paulista com importante atuação em sua campanha. Jafet tinha uma visão essencialmente clientelista do papel do Banco do Brasil como provedor de crédito subsidiado e, portanto, nenhum compromisso com a estabilização. Como menciona Celso Lafer em seu excelente artigo biográfico sobre Horácio Lafer, incluído no volume 38 da série *Perfis Parlamentares*, publicada pela Câmara de Deputados, “na sua luta anti-inflacionária, Lafer enfrentou o cerrado antagonismo do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, que insistia em manter um programa de crédito fácil”. Os empréstimos do Banco do Brasil às atividades econômicas, de fato, aumentaram substancialmente, especialmente em 1951, compensando amplamente a contração dos empréstimos ao setor público. Não é surpreendente que o programa de estabilização de Lafer tenha fracassado, a despeito da reversão inicial dos déficits federais.

E uma ironia da história que o atual presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, neto do ministro Horácio Lafer, esteja preconizando com desenvoltura, hoje, ideias semelhantes às de Ricardo Jafet, no início da década de 1950. A Fiesp desencadeou nos últimos tempos uma campanha, sem precedentes nos últimos 20 anos, de ataque à política econômica do governo. Na esteira desta, várias lideranças empresariais têm pleiteado um leque de medidas que abarcam, entre outras, a imediata redução da taxa de juros, a desvalorização cambial, ajuste de mecanismos de proteção e a substituição do presidente do Banco Central. Essas críticas baseiam-se no melhor dos casos no voluntarismo, tendendo a desconsiderar a importância das limitações enfrentadas pela condução da política macroeconômica. Como já escrito por outros, um programa econômico que apenas insista na importância do crescimento econômico e na preservação do emprego é ingênuo, pois todos, sem exceção, desejam esse objetivo. O problema é quanto às trajetórias que viabilizariam esses objetivos. A oposição ao governo Fernando Henrique nos últimos anos sempre teve dificuldade em aceitar que querer não é poder. Agora essa dificuldade parece ter infectado algumas lideranças empresariais.

O leque de demandas da santa aliança patrocinada pela Fiesp no melhor dos casos cheira a naftalina. Algumas, como a proposta de que o depósito compulsório dos bancos no Banco Central pode ser usado para estimular a produção, não têm pé nem cabeça, sendo um indicador de quão rudimentar é o lado ativo do que pretende passar como programa alternativo à política econômica. A exemplo do recente documento do Instituto de Estudos de desenvolvimento Industrial (Iedi), não há ideias novas que possam servir de base para que se desenvolva uma alternativa viável à atual política econômica. Foi feita ontem neste jornal a defesa veemente dessas demandas por funcionário desta última instituição, pronto a denunciar o pretenso neoliberalismo (sic) dos que se opõem à volta a políticas de extração seletiva de recursos públicos em benefício de interesses específicos. Em geral, a discricionariedade é indefensável e para aumentar a proteção e subsidiar crédito é preciso aumentar preços e impostos. Quem paga a conta é o consumidor e o contribuinte. Contudo, constatar os efeitos perversos decorrentes da política industrial parece ser considerado, entre lobistas, falta neoliberal grave. Mas quem parte do princípio que políticas públicas devem visar ao interesse da maioria dirá que é uma prática indispensável.

A situação econômica do País é extremamente séria, e são particularmente graves as perspectivas de contração adicional da produção e do emprego. Isso não deve ser justificativa para que se perca de vista o objetivo prioritário da estabilização. É muito desagradável, mas, por enquanto, o samba deveria ser mesmo de uma nota só. Não custa repetir que pior do que recessão com estabilidade de preços é recessão com inflação alta e foi só isso que a política do “pau na máquina” foi capaz de garantir desde o início dos anos 80. Ao criar um Ministério do Desenvolvimento, o governo corria o risco de estar estimulando uma repetição da síndrome Horácio Lafer-Ricardo Jafet, com o presidente buscando, ao estilo de Getúlio, um “poder suplementar de arbitragem na condução da política econômica”. Entretanto, a escolha de Celso Lafer, experiente representante do Brasil na Organização Mundial de Comércio, intelectual de prestígio no campo das relações econômicas internacionais, com experiência empresarial, age no sentido de minorar as dificuldades latentes na convivência do novo ministério com a condução da política econômica restritiva a que se comprometeu o governo brasileiro. Aumentam as esperanças de que o arranjo institucional imaginado para o início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique possa funcionar. Certamente alguns aspectos das políticas instituídas dos *nouveaux économistes* merecem reparos críticos, mas isso não deveria implicar nem a reabilitação das políticas estabelecidas sob os *économistes de Vancien régime*, nem a absolvição dos *lobbici* empresariais que deram apoio a essas políticas no passado.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.